

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº , DE 2003 (do Sr. Givaldo Carimbão)

Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias realize reunião de audiência pública, com a presença da Ministra de Estado de Minas e Energia, do Presidente da Agência Nacional do Petróleo-ANP, do Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça e de representantes das distribuidoras e das revendedoras para discussão de recente portaria da ANP que acaba com a exclusividade de revenda de gás de botijão (gás de cozinha-GLP).

Requeiro, nos termos regimentais, ouvido o Plenário, que esta Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias realize reunião de audiência pública, com a participação da Ministra de Estado de Minas e Energia, do Presidente da Agência Nacional do Petróleo-ANP, do Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça e de representantes das distribuidoras e das revendedoras para discussão da recente portaria da ANP que acaba com a exclusividade na revenda de gás de botijão (gás de cozinha-GLP), o fim da exigência de capital mínimo para a abertura de novas distribuidoras, entre outras medidas.

Matéria publicada no jornal “O Estado de São Paulo” do dia 06/08/2003, esclarece que a Agência Nacional do Petróleo-ANP por meio de portaria vai acabar com a exclusividade na revenda de gás de botijão (gás de cozinha-GLP), permitindo aos pontos de revenda disponibilizar mais de uma marca, o que poderá aumentar a competição e a redução do preço do produto.

Segundo a matéria, a portaria também prevê o fim da exigência de capital mínimo para a abertura de novas distribuidoras de gás,

que pela legislação anterior a empresa necessitaria de comprovar um capital mínimo de R\$ 10 milhões.

Em face do exposto, torna-se necessária a discussão desse assunto no âmbito desta Comissão para que os vários pontos da referida portaria sejam bem esclarecidos, visando verificar se os consumidores terão assegurados os seus direitos em relação à garantia da qualidade e da segurança dos produtos a serem disponibilizados no mercado, pois situação análoga em relação à distribuição de combustíveis deixou muito a desejar em relação aos mecanismos de fiscalização e os consumidores estão sendo lesados com a grande quantidade de combustíveis adulterados que estão sendo vendidos no país.

Sala da Comissão, em 06 de agosto de 2003.

Deputado **GIVALDO CARIMBÃO**
(PSB-AL)